

COMO OS MUROS INFLUENCIAM A CONVIVÊNCIA ENTRE OS CIDADÃOS: ESTUDOS DE CASOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Guilherme Polo de Sá (IC) e Prof. Dr. Valter Luís Caldana Júnior (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

Este artigo científico explora o impacto dos muros na convivência entre os cidadãos, com foco em estudos de casos na cidade de São Paulo. Com a segregação socioespacial enraizada na cidade de São Paulo, a crescente construção de muros tem suscitado reflexões acerca dos valores expressos no urbanismo paulista, quanto a inclusão e coesão social. Através de estudos de caso selecionados, foi possível analisar com maior precisão a influência dos muros na convivência entre os cidadãos. Os resultados das pesquisas apontam, tanto fatores negativos, quanto possíveis soluções para a problemática, que englobam a promoção de espaços mais inclusivos e diversificados.

Palavras-chave: Muros. Cidadãos. Segregação socioespacial.

ABSTRACT

This article explores the impact of walls on coexistence among citizens, focusing on case studies in the city of São Paulo. With the socio-spatial segregation rooted in the city of São Paulo, the growing construction of walls has raised reflections about the values expressed in São Paulo urbanism, regarding inclusion and social cohesion. Through selected case studies, it was possible to analyse with greater precision the influence of walls on the coexistence among citizens. The results of the research point to both negative factors and possible solutions to the problem, which include the promotion of more inclusive and diverse spaces.

Keywords: Walls. Townspeople. Socio-spatial segregation.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo, uma das maiores e mais importantes metrópoles do mundo, vem sofrendo inúmeras transformações urbanas ao longo dos anos. Enquanto arranha-céus são erguidos por toda cidade impondo uma perspectiva de desenvolvimento urbano, um fenômeno passa despercebido nos térreos da cidade, a presença cada vez mais corriqueira de enormes muros; responsáveis pela separação dos cidadãos uns dos outros. Esses muros têm originado debates e reflexões acerca da sua influência nas relações e coesão social. Neste contexto, emerge uma indagação essencial: como os muros influenciam a convivência entre os cidadãos na cidade de São Paulo?

O fenômeno da segregação socioespacial está enraizado na história de São Paulo, porém, com as transformações urbanas intensas que a metrópole paulistana tem sofrido, esse fenômeno se tornou cada vez mais aparente no cotidiano. Os muros aparecem muitas vezes como um recurso à busca de segurança, contudo, sua presença, além de delimitar um espaço geograficamente, molda as interações sociais da área onde se encontra.

A fim de estudar as dinâmicas sociais influenciadas pela presença dos muros na cidade, tais quais a convivência entre os cidadãos, a identidade própria dos bairros e a coesão social, o presente estudo recorrerá a estudos de casos selecionados. Cada um dos bairros selecionados apresenta uma dinâmica única que é moldada, por meio da presença, ou não de muros.

A análise desses casos proporcionará uma compreensão mais profunda das maneiras pelas quais os muros moldam as interações sociais, impactam a coesão comunitária e influenciam a identidade local. Dessa forma, será possível elaborar estratégias para o combate aos danos causados nas dinâmicas sociais, e criar um ambiente urbano mais íntegro e coeso, visando englobar todas as dinâmicas sociais contemporâneas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de urbanização paulistano consolidou um padrão de segregação socioespacial, com raízes históricas profundas. A análise dessas raízes, possibilita o entendimento das motivações que levaram a construção da cidade como ela é hoje e suas dinâmicas sociais.

A fim de compreender a totalidade da problemática apresentada, foi-se realizado um estudo histórico quanto ao desenvolvimento das cidades e a presença de muros nelas. Para isso, uma análise histórica geral que parte desde a Grécia antiga até a São Paulo contemporânea foi realizada, utilizando como base teórica os livros, *História da Cidade*, do arquiteto italiano, Leonardo Benevolo (2019), que aborda como foi o desenvolvimento das

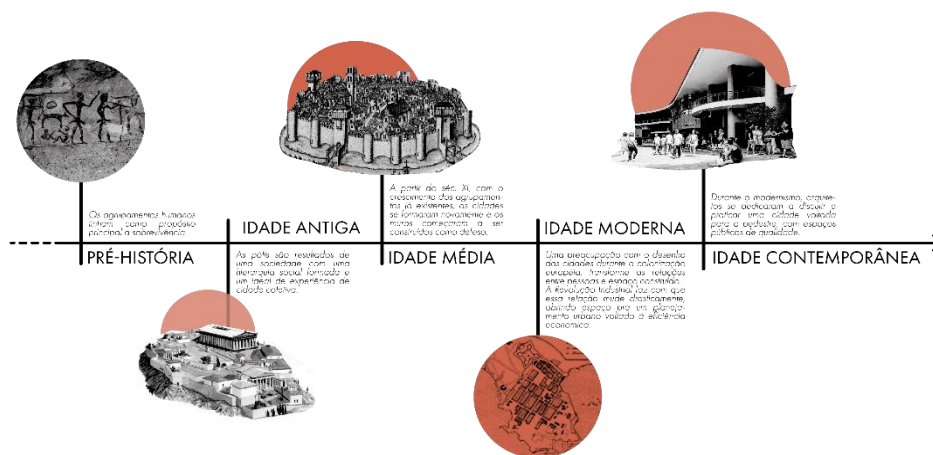
idades no mundo, partindo desde a civilização pré-histórica, até a contemporaneidade. O livro da socióloga, Eva Blay (1985), *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*, em que a autora disserta acerca do desenvolvimento da cidade de São Paulo, por meio das vilas operárias. E os artigos, *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*, de Ana Rios e Hebe Mattos (2004), em que as autoras expõe como problemáticas enfrentadas pelos escravos no pós-abolição continuam frequentes na atualidade, e, por fim, o artigo, *Para além da lei: legislação urbanística e cidadania*, de Raquel Rolnik (1999), que aborda como as primeiras leis de como construir no lote foram feitas, e seus impactos no plano urbano de São Paulo.

Ademais, após a análise histórica, uma análise do livro, *Morte e vida de grandes cidades* (2011), de Jane Jacobs também foi realizada. Isso, porque, através desse livro, e dos conceitos apresentados nele, tais quais, “os olhos da rua”, “balé da calçada”, policentralidade das cidades, é possível compreender de maneira total como se dão as interações sociais entre os moradores dos bairros. Dessa forma, enriquecendo as análises dos estudos de caso.

2.1. História geral dos muros

Para que se possa compreender a longevidade, e o calibre da influência exercida pelos muros na convivência entre os cidadãos, é necessário realizar um estudo histórico que parte desde as cidades gregas, até a contemporaneidade. Tendo em vista essa problemática, tal análise temporal seguirá a linha do tempo geral da historiografia, apresentada abaixo, porém, sem abordar o desenvolvimento urbano do período Pré-histórico.

Figura 1: Linha do tempo historiográfica



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao revisitarmos o período da Idade Antiga, a primeira civilização que será analisada é a grega, em seu apogeu, o Período Clássico. Isso, porque as cidades estavam em seu mais alto grau de desenvolvimento, e, assim, permitem uma leitura completa acerca de seu desenvolvimento urbano.

Durante o Período Clássico, as cidades possuem uma organização física dividida principalmente entre a zona urbana (Ástey) e a zona rural (Khora). Dentro da divisão urbana, existia uma zona da cidade reservada à construção de residências, ruas, áreas de comércio e espaços públicos, a Ácropole, área mais alta da cidade dedicada a construção de templos para os deuses, e a Ágora, praça principal aonde a vida pública acontecia. Dentro dessa organização, a *Pólis*, como um todo, era cercada por grandes muralhas, com o intuito apenas da proteção contra invasões.

Benevolo (2019), ao dissertar sobre a organização das cidades gregas, constatou quatro fatores influenciam no caráter da convivência civil, sendo eles: a unidade, articulação, equilíbrio com a natureza e limite de crescimento.

O primeiro refere-se à cidade como um todo único, onde não existem zonas fechadas e independentes. Pode ser circundada por muros, mas não subdividida em recintos secundários. As casas de moradia são todas do mesmo tipo, e são diferentes pelo tamanho, não pela estrutura arquitetônica; são distribuídas livremente na cidade e não formam bairros reservados a classes ou a estirpes diversas. Em algumas áreas (na Ágora, a praça do mercado e, no teatro) toda a população ou grande parte dela pode reunir-se e reconhecer-se como uma comunidade orgânica.

O segundo fato é que o espaço da cidade se divide em três zonas: as áreas privadas ocupadas por casas de moradia, as áreas sagradas -- os recintos com os templos dos deuses -- e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos etc. No panorama da cidade os templos se sobressaem sobretudo o mais, porém mais pela qualidade do que por seu tamanho. Surgem em posição dominante, afastados dos outros edifícios, e seguem alguns modelos simples e rigorosos.

O terceiro diz respeito à cidade no seu conjunto, forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, e ligado a este ambiente por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos. A medida deste equilíbrio entre natureza e arte dá a cada cidade um caráter individual e reconhecível.

E por fim, ainda segundo o autor, o organismo da cidade se desenvolve no tempo, mas alcança, de certo momento em diante, uma disposição estável, que é preferível não perturbar com modificações parciais. O crescimento da população não produz uma ampliação gradativa, mas a adição de um outro organismo equivalente ou mesmo maior que o primitivo (chama-se paleópole, a cidade velha; néapole, a cidade nova), ou então a partida de uma colônia para uma região longínqua.

Portanto, a presença dos muros nas cidades estados gregas tinha como finalidade, a proteção contra ameaças externas. Essa conjuntura acontecia, uma vez que, dentro das cidades havia uma delimitação entre espaços públicos e privados, contudo, tal delimitação não era feita através de muradas, e sim por um inconsciente coletivo que estabelecia essa fronteira, esse não-muro. Dessa forma, existiam ambientes destinados a convivência intensa entre os cidadãos, enquanto outros eram reservados à privacidade.

Seguindo a análise da Idade Antiga, Alexandre Magno conquista a Grécia no século IV a.C. e funde elementos da cultura grega à cultura macedônica, que serão herdados pelo Império Romano. Assim, a próxima civilização a ser analisada, e a que possui maior influência sobre a formação das cidades de origem latina, será a Romana.

Como as cidades romanas herdaram elementos da cultura grega, os romanos mantiveram formas de organização urbana, como as grandes praças destinadas a vida pública, entretanto, com a criação da política do Pão e Circo, grandes monumentos voltados ao espetáculo foram construídos, como o Coliseu. Além disso, a cidade romana possuía dois tipos de habitação, sendo elas: o *Domus*, residências térreas que abrigavam uma família e seus empregados, e a *Insulae*, pequenos edifícios de sete andares coletivos.

Mesmo com os grandes muros que cercavam a cidade, ainda sobre a mesma ótica de proteção, as cidades não possuíam muradas internas delimitando a relação de público e privado. Ademais, com o avanço das técnicas de construção de estradas e vias, a vida urbana passa a ocorrer, intensamente, nesses ambientes, com a presença de mercadores ambulantes, atores, e muitas outras trocas de experiência, enriquecendo o convívio entre os cidadãos.

Logo, a presença de muros no mundo antigo servia principalmente para proteção da urbe contra invasões bárbaras, visto que a convivência entre os cidadãos acontecia de forma intensa nos diversos espaços públicos, enquanto as delimitações do público e privado existiam no inconsciente coletivo.

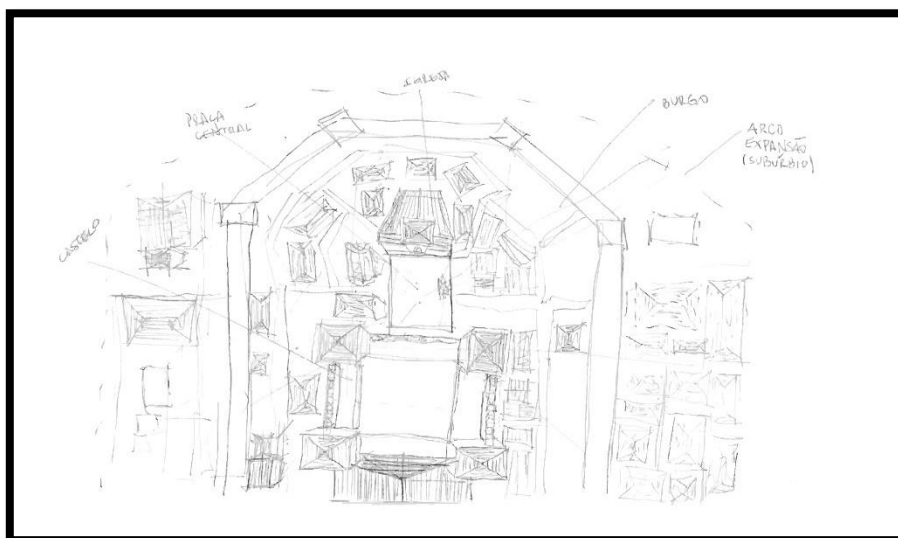
Ademais, seguido com a análise histórica, o próximo período histórico a ser estudado será a Idade Média. Isso, porque, com a queda do Império Romano Ocidental e a fuga para o campo em busca de proteção e trabalho, os feudos foram ganhando cada vez mais poder.

Assim, um novo sistema sociopolítico estava se formando, o Feudalismo, e com ele uma nova forma de organização urbana surgiria.

No esquema apresentado acima da organização espacial feudal é possível reconhecer uma mudança acerca da função do muro na idade média. Uma vez que o castelo se torna o epicentro físico do feudo, adquirindo um papel de centro social e de proteção, em casos de invasão, aos vassalos. Assim, para uma questão segurança, o castelo era cercado por muros, semelhante ao que acontecia nas cidades Clássicas. A partir da Idade Média, com o desenvolvimento do capitalismo, as relações campo-cidade passam a serem intensificadas, através da venda do excedente, então, dentro da organização espacial do feudo, locais como o moinho, utilizado para o moimento dos grãos, passaram a ser cercados por muros, a fim de proteger o excedente produzido, que seria vendido nos burgos.

Inseridos nessa relação campo-cidade, os burgos assumem um papel de grande importância para o desenvolvimento da sociedade. Essa nova forma de organização espacial, que consiste em acolher artesãos e trabalhadores excluídos dos feudos, passa a crescer de maneira exponencial, de maneira “espontâneo, despreocupado e infinitamente variável do resultado construtivo urbanístico” (BENEVOLO, 2019, p. 295). Os burgos não suportando mais a população que ali se encontra, passa por uma expansão, para que novas moradias sejam construídas fora da murada (conforme croqui apresentado na Figura 2), os subúrbios, que terão um novo anel de muradas construído ao seu redor, e assim sucessivamente. Portanto, com a expansão dos burgos, as cidades passam a ter cada vez mais muradas em sua tipologia, acarretando um crescimento dos espaços segregados, ainda que sejam regiões macro da urbe.

Figura 2: Croqui da expansão dos burgos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para prosseguirmos com as análises, será estabelecido um salto temporal para o século XVI, em que, após o renascimento cultural europeu, as grandes potências europeias buscavam desenvolver e expandir suas rotas comerciais, e, portanto, os portugueses chegam ao Brasil, dando início a sua colonização.

O processo de urbanização brasileiro se inicia com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1808. Isso, porque até o presente momento a cidade do Rio de Janeiro se caracterizava como uma cidade pouco desenvolvida, e pouco habitada, possuindo uma população de aproximadamente 40.000 habitantes. Logo, com a elevação da capital à nova sede da corte portuguesa, surge uma necessidade de melhora urbana, a fim de abrigar, com as devidas qualidades, a corte portuguesa.

Figura 3: Mapa do Rio de Janeiro de 1808



Fonte: Biblioteca nacional luso brasileira. Acesso em: 10/08/23. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38766>

Ademais, com o intuito de transformar o Rio de Janeiro na “Nova Lisboa” a Corte Portuguesa instaurou diversos órgãos públicos, tais quais, Conselho Supremo Militar e da Justiça, os Tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, e o mais importante para o desenvolvimento urbano; a Intendência Geral de Polícia da Corte. Esse órgão foi responsável pela criação da Décima Urbana, um imposto que arrecadava fundos para a Coroa, mas ao mesmo tempo obrigava, através da cobrança, que houvesse um maior

controle sobre a situação das edificações cariocas. Portanto, com a criação e implementação da Décima Urbana, a coroa portuguesa começou o processo de urbanização mais intenso na cidade carioca, impondo um padrão de tipologias para as novas edificações, a fim de dar uma cara mais europeia à cidade, além de iniciar obras de melhoria na infraestrutura urbana da cidade, tais quais; “iluminação pública, calçamento e rotas noturnas.” (SANTOS, 2013, p. 270).

Para prosseguirmos com a análise temporal e espacial, será realizado um salto temporal de 80 anos para o período da abolição da escravidão no Brasil, e uma mudança no local de estudo para a cidade de São Paulo, onde, após a abolição, a mão de obra passa por um processo de substituição do escravo negro pelo imigrante europeu, como visto em; “Enquanto o problema econômico, quase naturalmente tendeu-se a privilegiar a questão da substituição do trabalho nas áreas mais prósperas da cafeicultura paulista e a substituição quase absoluta do escravo negro pelo imigrante europeu.” (RIOS; MATTOS, 2004, p. 174). Portanto, a população negra passa a ser marginalizada da vida cotidiana.

2.2. A questão dos muros na cidade de São Paulo

Com o crescimento econômico advindo da produção e exportação de café no sudeste brasileiro, a cidade de São Paulo começa a ter um grande desenvolvimento urbano. Com isso, em 1894, Joaquim Eugênio Lima aprova uma lei para a região da Av. Paulista, dominada pela elite da época, os barões do café, para que futuras construções respeitem o recuo de dez metros do alinhamento e mais dois metros da casa ao lado. Essa lei começa um processo de delimitação do espaço próprio, “o meu espaço”, assim, dando início ao processo de construção das fronteiras urbanas.

Contudo, enquanto o Código Sanitário de 1894 (SÃO PAULO, 1894) impunha o uso de recuos nos bairros mais ricos e nobres da cidade, ele também impunha que vilas operárias e cortiços fossem construídos nas regiões periféricas da cidade. Portanto, desde o período de 1894, existe um planejamento urbano em São Paulo, que visa habitar os bairros centrais e mais desenvolvidos, urbanisticamente, com classes dominantes, enquanto a periferia, que carece de desenvolvimento urbano, é destinada aos trabalhadores, criando assim, uma cidade desigual, ao invés de uma justa e coesa.

Com o passar dos anos, São Paulo atravessa um período intenso de crescimento, seja pelo aspecto econômico, quanto pelo populacional. Isso, porque a cidade em um século passa de 40.000 habitantes, em 1889, para quase 8.500.000 habitantes em 1980. Com o desenvolvimento econômico e populacional da cidade também aconteceram diversas melhoras na infraestrutura urbana, ruas com calçamento adequado, sistema de saneamento

básico, rede elétrica, entre outros. Porém, essa melhora na vida urbana ocorreu apenas na região central da cidade, uma vez que, seguindo o planejamento urbano de 1894, as periferias foram esquecidas dos planos de desenvolvimento urbano. Logo, com o aumento da desigualdade também veio o aumento da violência, e por consequência, a presença dos muros se tornou cada vez mais corriqueira na cidade.

Assim, com a construção de muros cada vez mais corriqueira em São Paulo, foram-se criadas leis que regulamentassem a sua construção. O Código de Obras Arthur Saboya, por meio da Lei nº 3.427 (SÃO PAULO (SP), 1929), faz uma grande consolidação na cidade de São Paulo, impondo em regiões específicas, tais quais os bairros do atual Pacaembu, Jardim América e Alto da Lapa, em que os fechos possuem uma altura máxima de alvenaria de cinquenta centímetros, tendo um coroamento com gradil, para que não houvesse o bloqueio da permeabilidade entre o lote e a rua. A partir do Código de Edificações de 1975 (SÃO PAULO (SP), 1975) é apresentado um parâmetro construtivo para os muros, em que, caso o muro seja feito de alvenaria ou qualquer outro material que obstrua a visão, e tenha menos de 50% da sua superfície vazada deverá ter no máximo dois metros de altura. Em 1992 há outra mudança significativa nos limites construtivos dos muros, em que, através do Código de Obras e Edificações (SÃO PAULO (SP), 1992), o limite máximo admitido para a construção dos muros passa a ser de três metros de altura. Por fim, em 2004, inicia-se outro processo de atualização no Código de Obras e Edificações (SÃO PAULO (SP), 2004), que será finalizado no Código de Obras e Edificações (SÃO PAULO (SP), 2017), referente ao limite construtivo dos muros, que passa a ser de quatro metros de altura.

Portanto, com a encaminhamento do planejamento urbano que prioriza a desigualdade na cidade de São Paulo, o aumento da violência foi inevitável, acarretando a maior construção de muros com o passar do tempo, e em mudanças na arquitetura das edificações. Assim, os muros se tornaram um elemento de expressão de segurança, mas que na verdade, apenas inibem o convívio e a coesão da cidade e seus cidadãos.

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada a pesquisa consistiu, primordialmente, na realização de uma revisão bibliográfica e histórica, para que fossem estabelecidos preceitos acerca do que são os muros e de como sua presença se fez, e faz, na sociedade. Para essa revisão foram lidos e consultados diversos artigos científicos, livros, legislações (vigentes ou não) e dissertações, a fim de compreender a influência exercida pelos muros no convívio dos cidadãos, e guiar os estudos de caso que foram realizados ao longo do desenvolvimento do artigo.

Após a realização da revisão histórica e bibliográfica, o método de estudo qualitativo foi utilizado, visando compreender como os muros influenciam na convivência dos cidadãos

em dois bairros de situações socioeconômicas diferentes. Assim, os bairros, Jardim Europa e Jardim Piratininga foram visitados, para que fosse possível estudar como a presença, ou não de muros se dá no local, qual são as suas tipologias e de que maneira ela influencia a dinâmica social da região.

Para a coleta dos dados, através da saída de campo, foram estabelecidos roteiros de caminhada a serem seguidos, buscando sempre visitar os miolos dos bairros, a fim de compreender a dinâmica social do bairro da melhor forma. Nas visitas, foram registradas, por meio de croquis, anotações e fotografias a tipologia dos muros, a presença de pedestres nas ruas e as sensações durante a caminhada.

Feita a coleta dos dados nas saídas de campo, com base na retaguarda teórica adquirida, análises individuais acerca dos bairros foram escritas para que fosse possível compreender como cada um dos bairros, e suas respectivas áreas de estudo, se comunicam com a cidade, e proporcionam aos cidadãos um convívio adequado entre si. Após as análises individuais, uma análise comparativa foi realizada, a fim de cruzar as informações dos diferentes estudos e permitir a formação de opiniões.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. Jardim Europa

Figura 4: Mapa da rota da visita de campo do Jardim Europa



Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapa acima representa o percurso percorrido no bairro do Jardim Europa, de condição socioeconômica elevada, a fim de analisar como a presença dos muros se dá na região. A rota foi escolhida visando visitar uma região residencial do bairro, contudo, que mostrasse também como o comércio acontece na região, por isso a Rua Estados Unidos foi inserida na rota. Por fim, cada ponto no mapa representa uma edificação analisada.

Figura 5: Foto do muro localizado entre a Rua Argentina e a Rua Honduras (Clube Paulistano)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 6: Foto do muro da residência localizada entre a Rua Honduras e a Rua Argentina



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7: Foto do muro da residência localizada na Rua Honduras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 8: Foto do muro da residência localizada na Rua Honduras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 9: Foto de um imóvel comercial localizado na Rua Estados Unidos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse é outro problema presente no bairro, como o eixo comercial se localiza na Rua Estados Unidos, e possui uma forte presença de muros, Figura 9, a vida cotidiana dentro do bairro é muito escassa. Além do eixo comercial estar localizado majoritariamente em uma única rua, o maior espaço destinado ao lazer dos residentes é um clube poliesportivo privado, que também está cercado por altos muros, como evidenciado na Figura 5. Portanto, toda a vida cotidiana do residente do Jardim Europa acontece, ou dentro de um ambiente cercado por muros, ou fora do bairro, acarretando a inexistência do “Balé das calçadas”, Jacobs (2011). Essa problemática é primordial para compreender o despovoamento das ruas do bairro, visto que, como Jacobs (2011, p. 38) pontua, “a presença de pessoas atrai outras pessoas (...). O prazer das pessoas de ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades.”

4.2. Jardim Piratininga



Prosseguindo com os estudos de caso, o mapa acima representa o percurso realizado no bairro do Jardim Piratininga com enfoque para visita  o na região do Pira 4 de maior vulnerabilidade social. O percurso escolhido serviu para analisar como se d  , ou não a presença de muros na região. Por fim, cada ponto no mapa representa uma edifica  o analisada.

Figura 11: Foto de uma via de uso misto no Jd. Piratininga



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 12: Foto de uma via cortando a quadra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 13: Foto da via Adelina Linhares

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diferente do visto no Jardim Europa, a região do Piratininga, apesar de carecer muito de infraestrutura urbana, apresenta uma grande convivência entre seus residentes. Isso, porque, como visto em Jacobs (2011), a região possui uma dinâmica cotidiana única, um “balé das calçadas” característico de seu bairro, em que, os moradores saem para fazer compras, cortar o cabelo, ou apenas encontrar seus vizinhos na rua, e, assim, trazem uma vida para o bairro. Consoante a essa dinâmica, os transeuntes estão sempre sendo vigiados pelos “olhos da rua”, que se encontram nos estabelecimentos, casas e na própria rua, acarretando uma segurança ao pedestre. Então, dentro dessa comunidade existe uma integração entre seus residentes que não está presente, por exemplo, no Jardim Europa, já que toda vida cotidiana acontece fora do bairro.

Ademais, a região apresenta quadras curtas, que promovem uma maior fluidez ao transeunte, fazendo com que seu deslocamento pelo bairro seja mais dinâmico e interessante, proporcionando a ele um maior contato com diferentes cotidianos. Além disso, a falta de muros na região, como visto nos registros, intensifica ainda mais o convívio entre os cidadãos, e todas as dinâmicas expostas anteriormente. Logo, essa integração e vigilância proporciona um ambiente, que as crianças da região possam brincar e um crescer frequentando as ruas do bairro, e, por conseguinte, tendo um amplo contato com a pluralidade da sociedade.

Dessa forma, contrário ao que ocorre com o Jardim Europa, em que a qualidade de vida é dada como excelente, porém a convivência entre os cidadãos não, no Jardim Piratininga a qualidade de vida é precária, resultante do abandono estatal com o bairro, que não recebe os investimentos adequados ao desenvolvimento de sua infraestrutura urbana,

porém o senso de comunidade e fraternidade no bairro é altíssimo. Isso, porque a falta de muros como visto nos registros de campo, a presença do uso misto nas edificações, e os inúmeros fatores analisados acima, proporcionam ao residente um maior convívio em sociedade, fazendo com que o bairro se torne um organismo vivo diversificado e integrado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todas as análises e resultados coletados durante a pesquisa, pode-se observar que o problema dos muros em São Paulo está atrelado a um planejamento urbano segregacionista, que impossibilitou o desenvolvimento da convivência entre os cidadãos.

Essa barreira imposta no desenvolvimento da cidade como organismo coeso e diverso, está atrelada a construção de muros cada vez mais altos e hostis, que fragmentam a identidade local e dificultam o desenvolvimento de relações comunitárias.

Assim, como visto nos estudos de caso, enquanto nos bairros nobres os residentes se isolam cada vez mais dentro de si, criando enormes enclaves fortificados que remetem a cidades feudais, com medo da vida pública, os bairros mais carentes apresentam uma dinâmica social única de senso comunitário, que ocupa a rua e traz vida a cidade. Isso, porque a falta de muros nas casas faz com que o residente do bairro esteja em contato direto com o que está acontecendo na rua, e se inclua na vida pública. Essa dinâmica é o que Jacobs (2011) caracteriza como ideal para o desenvolvimento da cidade, já que apropria o espaço público, trazendo um cotidiano dinâmico para o bairro.

Este artigo destaca a importância de considerar cuidadosamente os impactos sociais e culturais das intervenções urbanas, visando promover uma convivência mais saudável e colaborativa. Portanto, a fim de evitar o que ocorre no Jardim Europa, uma solução viável para o desenvolvimento urbano que vise uma convivência adequada entre seus cidadãos, a troca de experiências e o contato com a diversidade, novos planejamentos urbanos devem aderir cada vez mais a construção de edifícios de uso misto de pequeno porte, que façam o cidadão estar perto da rua, e poder estar sempre em contato com ela.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão Carlos S Mendes Ros, revisão da tradução Maria Estela Heider

Cavalheiro. 3. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção Cidades).

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia A et al. (org.). **Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora CEDESP, 1999.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Tornar-se corte trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro (1808-1815). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 262–292, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4393012>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SÃO PAULO. **Decreto 233 de 2 de março de 1894**. Estabelece o Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/137356>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Lei 11.228 de 25 de junho de 1992**. Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis, revoga a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975. São Paulo, SP, 1992. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11228-de-25-de-junho-de-1992/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Lei 13.779 de 11 de fevereiro de 2004**. Altera a redação da alínea “a” do subitem 10.1.2.1, que integra o Capítulo 10 do Anexo I da Lei nº 11.228/92 - Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo. São Paulo, SP, 2004. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13779-de-11-de-fevereiro-de-2004>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Lei 16.642 de 09 de maio de 2017**. Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-sao-paulo-sp>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Lei 3.427 de 19 de novembro de 1929**. Código de Obras Arthur Saboya. São Paulo, SP, 1929. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-3427-de->

19-de-novembro-de-1929. Acesso em: 23 jul. 2023.

SÃO PAULO (SP). **Lei 8.266 de 20 de junho de 1975**. Aprova o Código de Edificações. São Paulo, SP, 1975. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8266-de-20-de-junho-de-1975/detalhe>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Contatos: 32252420@mackenzista.com.br e valter.caldana@mackenzie.br